

Ações disciplinadoras das escolhas para alocação de recursos organizacionais a Municípios do Estado de Pernambuco em função da pandemia COVID 19

Propósito – Estipular ações que com base em compilação intensiva de dados e formulação dinâmica e objetiva de critérios subsidiem a tomada de decisão sobre alocação de recursos organizacionais nos Municípios pernambucanos, em função da pressão institucional decorrente da pandemia do COVID 19.

Síntese - A pandemia do COVID19 exige que a todo o momento se tenha um olhar holístico sobre os entes constituintes de um Estado, a fim de melhor priorizar e utilizar os recursos que se podem compartilhar e que a organização estatal tem à disposição. Tal tarefa não é trivial, pois as demandas chegam de e por diversos canais, às vezes formalizadas e com perfil burocrático; às vezes por uma mensagem digital em um destes aplicativos, que o **horrendo** tanto popularizou no país. Em função de proliferação e dinamicidade impostas, sobretudo pelas amarras legais, o processo decisório final torna-se caótico e, nestas condições, elementos ora comuns ora díspares atrapalham e embaralham a alocação de recursos e a visão de alternativas. Requer-se então, em um lúcido exame, a diagramação de um roteiro que possa ser simples para dar vazão à celeridade necessária cogitando-se até a automação; robusto por gravitar em torno de dados bem analisados, com projeções e correlações adequadas e, se possível em tempo real, e orientado à modulação de critérios adequada, mapeada a partir de dados – parte objetiva –, mas com amplitude para incorporar elementos perceptivos, afetos às conjunturas e às especificidades a atender – elementos contextuais e subjetivos. Este roteiro há muito conhecido como tomada de decisão baseada em critérios, embora pareça requentado, não deixa de ser atraente, vez que pode evoluir na direção de um processo sólido e amplo, que sirva à crise, mas que resulte em um padrão para Municípios do Estado em futuro mediato, consolidado às peculiaridades de cada ente envolvido. Desta forma, visando encontrar como este roteiro pode ser erguido e solidificado, é que surge a proposta deste projeto. Seu objetivo é criar o fluxo descrito pelo ordenamento de canais e formas de notificar as demandas de recursos, os quais teriam que ser balizados por dados agregados, de acordo com as variações e intensidade de causas de demanda de recursos organizacionais (físicos, humanos, financeiros, legais e processuais), a fim de gerar alimentação para um modelo de tomada de decisão que premiasse a alocação dos recursos disponíveis em função das demandas dos Municípios, preservando criticidade, dinamicidade e aspectos políticos e de gestão do governo. Essas quatro frentes seriam abertas, para que o objetivo de gerar as ações disciplinadoras das escolhas para alocação de recursos organizacionais a municípios do estado de Pernambuco em função da pandemia COVID 19, fossem adaptadas em moldes específicos de modelagem de processo, aplicação de estatística, configuração de suporte ao apoio decisório e ambientação política. Os entes atingidos seriam as fontes para arregimentar cada um dos subsídios necessários à consecução da tarefa, o que demandará acesso aos formuladores de demanda, aos idealizadores de apoio para subsidiar as ações nas esferas políticas e a indagação dos atores para conhecer, compilar e formular critérios gerais e específicos para a montagem do modelo de apoio.

Justificativa – As razões de consecução de tal pleito circunscrevem-se à catástrofe enfrentada em função do alastramento da COVID 19, doença pandêmica segundo a Organização Mundial da Saúde, que assola e quase arrasa as economias mundiais neste primeiro trimestre de 2020, fustigando desde as nações sólidas, como a Itália, até as nações mais frágeis, como Burkina Faso. No Brasil, o espriamento da epidemia começou em fins de fevereiro e um mes depois já está instalada em todos os estados,

inclusive Pernambuco¹, com casos e mortes confirmados e em ascensão, ratificando seu caráter pandêmico. Embora centrado na capital do Estado (Recife), não há nenhuma dúvida que o surto atingirá demais Municípios do Estado. Dessa forma, e a reboque da crise que inevitavelmente afetará a vivência destes entes, a demanda por ações da célula central, vai se caracterizar o cenário ideado: todos pedindo tudo por todos os meios a um centro limitado que não tem tudo para atender a todos. Esse dantesco *script* clama por maior automação e objetividade de ação, disciplinando-a para evitar o caos e atingir a distribuição mais eficiente possível, em um primeiro momento, mas antevê a possibilidade de em futuro mais tranquilo, caminhar para padronizar ações de relacionamento Governo-Município.

Previsão cronológica - A planificação vigora justo dentro do intervalo temporal previsto, qual seja de abril a agosto de 2020, alargando-se, portanto, por cinco meses.

Método (etapas) e metas previstas. O projeto escalona-se de início com as atividades elencadas abaixo, as quais podem sofrer ajuste em função de mudanças conjunturais no contexto.

1. Identificação das fontes de comunicação e de veiculação de dados – esta etapa direciona-se, como exposto, a dois pólos específicos:
 - a. Mapeamento dos canais e tipos de procedimentos na comunicação formal e informal entre Município e Estado, focando-se por necessidade inicial, fortemente nas áreas da saúde. Para consecução dos elementos da fase 1A requer-se desenvolvimento de uma grade de anotações (formulário) quanto aos procedimentos envolvidos nos processos de comunicação. Em paralelo, procurar-se-á mergulhar no conjunto de comunicações digitais, e suas variantes, a fim de consolidar outros meios de comunicação. A diretriz aqui declarada é levantar os fluxos para modelar o processo;
 - b. Levantamento de dados objetivos em bases nacionais epidemiológicas e outras nas esferas federal, estadual e municipal, no que concerne a recursos organizacionais (físicos, humanos, financeiros). As diversas veiculações de nível epidemilógico geram dados organizados em diversas bases, as quais resguardam informações de âmbito geral e interesse popular – e quase sempre estão na mídia televisiva -, mas também indicam elencos de recursos organizacionais associados, instituídos em protocolos e formalismos de condução. A ideia aqui é construir um extrator que seja dinâmico e adaptável, tal que se possa ter como produto de saída, dados consolidados capazes de subsidiar critérios de decisão;
2. Estando o processo modelado e os dados consolidados, utilizar-se-á uma técnica específica de modelagem de critérios decisórios, construída com participação de decisores das duas instâncias – periférica e central – a fim de encontrar a calibragem ideal a ser adotada para o modelo;
3. Validado o modelo, escolher-se-ão dois Municípios de portes distintos para a aplicação, acompanhamento e ajuste do modelo, por pelo menos duas semanas, a fim de testar a eficácia da modelagem e do modelo gerado.

¹ Vide <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/27/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-27-de-marco.ghtml> capturado em 27/03/2020

No tempo apropriado deverão ser realizadas as escolhas de atores, bases e repercurssões em acordo entre os órgãos patrocinadores e a equipe gestora do projeto.

Resultados Previstos - Adicionalmente e com a possibilidade real de sucesso, o modelo e seus orbitais poderão constituir a base de um protótipo automatizado, o qual venha a imprimir agilidade e segurança aos dados e acelerar, com mais adequação, o processo de escolha neste tipo de alocação.

Equipe – A equipe proposta tem formação acadêmica consistente e compatível e já trabalha com o objeto do projeto há pelo menos dez anos, sendo que há sete no mesmo grupo de pesquisa. As ações do duo, que tem o cerne de sua formação em modelagem de processos e apoio à tomada de decisão, advêm das *expertises* profissionais em Engenharia da Produção, Computação e Administração e da experiência de atuação profissional em estudos tanto no setor público quanto no setor privado. Atualmente o duo integra o corpo docente do Mestrado em Gestão Pública para Desenvolvimento do Nordeste. Rigorosa e textualmente tem-se:

1. Jairo Simião Dornelas - Doutor em Administração pela UFRGS (2000). Editor Chefe da Revista do Mestrado Profissional. Líder de Tema na Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. Coordenador Geral do NEPSI e do SBTI;
2. Denis Silva da Silveira - Doutor em Engenharia da Produção pela UFRJ (2009). Editor Chefe da Revista Gestão.Org. Bolsista CNPQ no projeto Ali SEBRAE. Membro da Sociedade Brasileira de Computação;

Cronograma de execução

Etapa	Maio	Junho	Julho	Agosto	Custo Etapa
Identificação das fontes de comunicação	X				2.000,00
Levantamento de dados	X	X			3.500,00
Modelagem de processo	X	X			5.000,00
Identificação de atores		X			1.000,00
Modelagem decisória		X	X		4.000,00
Validação e Teste			X	X	3.000,00
Refinamento				X	1.500,00
Custo Mensal	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00

Custo total - O valor total do projeto é de R\$ 20.000,00 (Faixa B) estando os valores por rubrica discriminados no Anexo I do termo de compromisso e o detalhamento por etapas de execução explícito acima, ao custo mensal estimado de R\$ 5.000,00 durante 4 meses de exeução.